

Subjetivação política e educação popular: uma análise do conceito de processo de subjetivação política e sua potência para práticas de educação popular em saúde

Jose Marcos da Silva¹, Amilson de Carvalho Gominho Filho²

Resumo

A extensão universitária é um dos pilares da formação acadêmica, promovendo a interação entre docentes, discentes e comunidade externa. Neste artigo, são apresentados os resultados de uma pesquisa sobre as bases epistêmicas das práticas de extensão universitária orientadas pela educação popular em saúde, com base em reflexões sobre o processo de subjetivação política. O método adotado contou com uma revisão integrativa da literatura científica e a análise de conteúdo. Foram analisados o *corpus*, os conceitos, a compatibilidade e a aplicabilidade de um *corpora* discursivo voltado para ações de extensão universitária popular em saúde. Os resultados indicam que o conceito de processo de subjetivação política converge com a proposta de partilha do sensível, emancipação social, libertação, participação popular, diálogo de saberes e democracia participativa, alinhando-se à perspectiva da educação popular em saúde. Conclui-se que esse conceito favorece a compreensão da essência da extensão popular em saúde, ao alinhar uma constelação conceitual voltada à formação acadêmica ético-política e ao enfrentamento das iniquidades sociais, violências e dilemas complexos que vulnerabilizam grupos sociais.

Palavras-chave

Educação em saúde. Empoderamento. Participação social.

¹ Doutor em Direitos Humanos, Saúde Global e Políticas da Vida pela Fundação Oswaldo Cruz, Pernambuco, Brasil; professor na Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa CNPq – Laboratório de Pesquisa e Ensino em Saúde e Educação na mesma instituição; líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Direitos Humanos, Colonialidade e Desigualdades na mesma instituição. E-mail: jose.marcoss@ufpe.br.

² Especialização em andamento em Residência Multiprofissional em Saúde Mental na Universidade de Pernambuco, Brasil. E-mail: amilson.carvalhogf@gmail.com.

Political subjectivation and popular education: an analysis of the concept of the process of political subjectivation and its potential for popular health education practices

Jose Marcos da Silva¹, Amilson de Carvalho Gominho Filho²

Abstract

University outreach is one of the pillars of academic training, promoting interaction among teachers, students, and the external community. This article presents the results of a study on the epistemic bases of university outreach practices guided by popular health education, based on reflections on the process of political subjectivation. The method adopted integrated an integrative review of the scientific literature and content analysis. The corpus, concepts, compatibility, and applicability of a discursive corpus aimed at popular university outreach actions in health were analyzed. The results indicate that the concept of the process of political subjectivation converges with the proposal of sharing sensible, social emancipation, liberation, popular participation, dialogue of knowledge, and participatory democracy, aligning with the perspective of popular health education. It is concluded that this concept favors the understanding of the essence of popular health outreach, by aligning a conceptual constellation focused on ethical-political academic training and confronting social inequalities, violence, and complex dilemmas that make social groups vulnerable.

Keywords

Health education. Empowerment. Social participation.

¹ PhD in Human Rights, Global Health, and Life Policies, Oswaldo Cruz Foundation, State of Pernambuco, Brazil; professor at the Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; leader of the CNPq Research Group – Laboratory for Research and Teaching in Health and Education at the same institution; leader of the Laboratory for Studies and Research on Human Rights, Coloniality, and Inequalities at the same institution. Email: jose.marcoss@ufpe.br.

² Ongoing specialization in a Multidisciplinary Residency in Mental Health, University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil. Email: amilson.carvalhogf@gmail.com.

Introdução

A educação popular em saúde constitui um campo estratégico de produção de conhecimento, mobilização social e transformação das realidades vividas por grupos historicamente vulnerabilizados. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou contribuições teóricas e epistemológicas relevantes para essa prática, a partir da interlocução entre os conceitos de subjetivação política, educação popular e educação popular em saúde.

O estudo foi motivado pelo atual contexto de esvaziamento democrático e de recrudescimento das formas de exclusão social no Brasil, que impõem desafios à construção de uma democracia participativa e à efetivação de práticas emancipatórias no campo da saúde coletiva. A democracia representativa, conforme argumenta Rancière (2014), opera como uma lógica de distribuição desigual da fala e da ação, restringindo a participação popular aos limites institucionais de uma ordem consensual.

Nesse arranjo, os dispositivos estatais – como escolas, unidades de saúde e hospitais – tendem a reproduzir formas de controle sobre os sujeitos, obscurecendo seu protagonismo político. A educação popular, nesse sentido, oferece caminhos para subverter essa lógica ao articular processos de formação crítica, diálogo de saberes e engajamento coletivo.

A pesquisa desenvolvida partiu da hipótese de que o conceito de subjetivação política pode contribuir para a compreensão das práticas de vigilância popular em saúde como experiências formativas e transformadoras. Inspirada nas formulações de Rancière (2014), Freire (2019), Valla, Guimarães e Lacerda (2007), bem como Valla (1999), a análise busca evidenciar os atravessamentos entre política, educação e território, explorando como práticas de extensão universitária orientadas pela educação popular podem ativar processos de emancipação e engajamento coletivo.

A investigação foi desenvolvida por estudantes de graduação e residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão da Universidade Federal de Pernambuco, vinculados ao projeto de extensão “Vigilância em Saúde de Grupos Vulneráveis”, que desenvolve ações em comunidades de Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão, pertencentes ao Estado de Pernambuco. Além disso, o projeto supracitado possibilitou a construção de um corpus teórico-discursivo com potencial de fundamentar práticas de extensão crítica e democrática. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os subsídios conceituais que fundamentam a educação popular em saúde como prática de

resistência, formação ético-política e participação social, diante das desigualdades e da crise democrática no Brasil contemporâneo.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados ancoram-se na abordagem qualitativa das Ciências Sociais e Humanas em saúde. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: a) uma revisão integrativa da literatura científica; e b) uma análise de conteúdo temático, realizadas entre janeiro e outubro de 2024.

A revisão integrativa considerou como período de referência os anos de 1990 a 2024. Esse recorte temporal foi definido por amostragem não probabilística, considerando que, a partir da década de 1990, consolida-se o processo de abertura democrática no Brasil, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implantação de espaços de participação democrática, como os conselhos e as conferências de saúde nos municípios brasileiros (Brasil, 1990a; 1990b).

O levantamento de textos teve como objetivo apreender relações e aplicabilidades do conceito de subjetivação política nas práticas de educação popular em saúde. As buscas foram realizadas nas bases Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os seguintes termos e operadores booleanos em busca combinada com todos os termos simultaneamente: “processo de subjetivação política AND subjetivação política AND educação popular AND educação popular em saúde AND educação popular e saúde”, nos idiomas português, inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão adotados abrangeram: artigos científicos originais, revisões de literatura e documentos oficiais relacionados à implementação da política de educação popular em saúde no âmbito do SUS, publicados entre 1990 e 2024. Além disso, era necessário que, no título, resumo ou corpo do texto, apresentassem os termos “subjetivação política”, “educação popular” e/ou “educação popular em saúde”.

Foram excluídos textos incompletos, editoriais, relatos de experiência e demais produções que não contribuíam para a construção de sentidos alinhados aos objetivos da pesquisa. A busca inicial resultou em um total de 22.300 textos. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, restaram 25 artigos e um caderno de educação popular em saúde do Ministério da Saúde, que compuseram o *corpus* da pesquisa.

Com base nos textos selecionados, realizou-se a análise de conteúdo temático sobre o conceito de subjetivação política. Essa técnica favorece a compreensão e a análise crítica de

conceitos, perspectivas e abordagens, sendo desenvolvida conforme as etapas previstas para essa metodologia: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados obtidos; e d) interpretação (Mendes; Miskulin, 2017; Minayo, 2012).

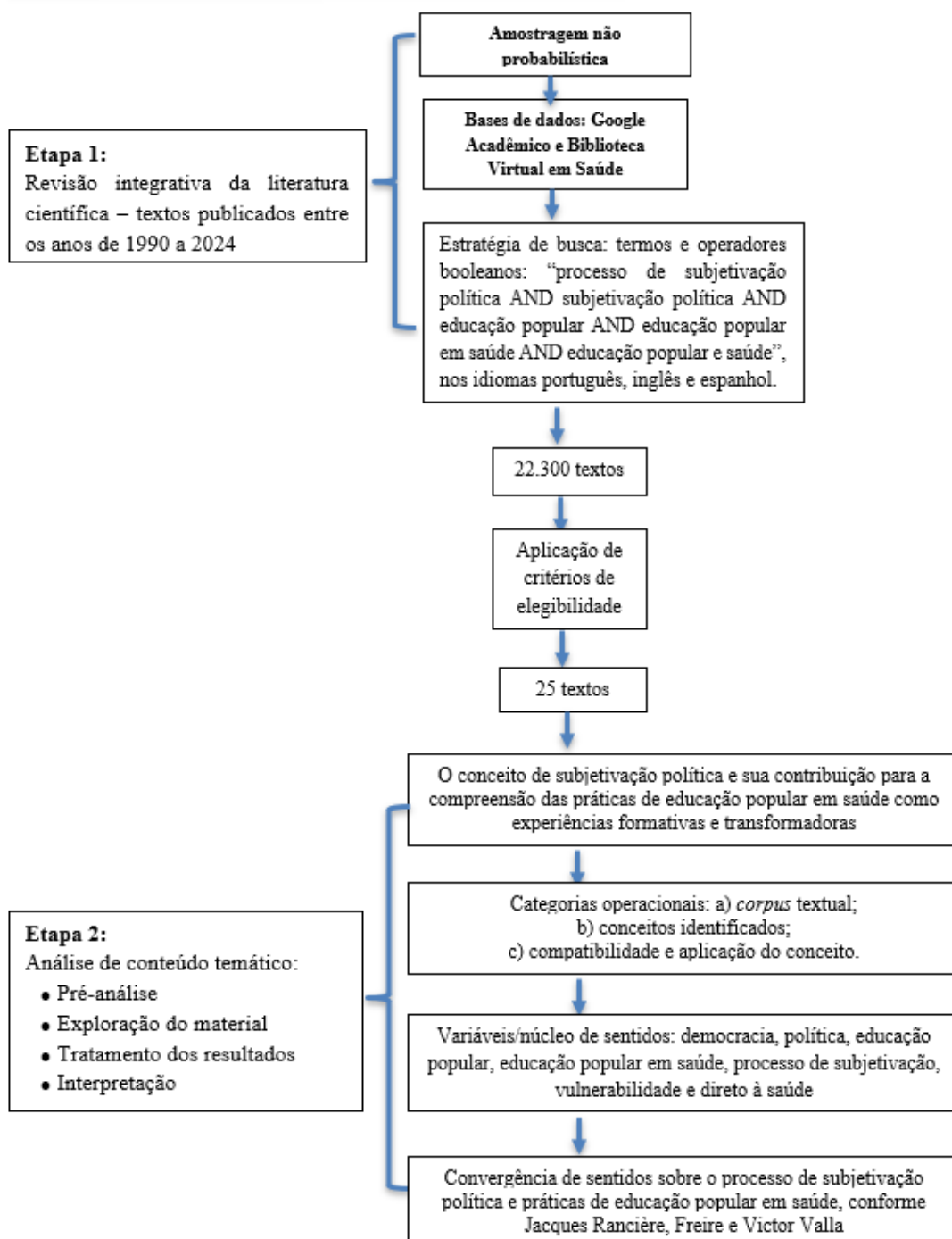
A análise dos resultados buscou estabelecer relações entre a unidade de análise – o conceito de subjetivação política e sua contribuição para a compreensão das práticas de educação popular em saúde como experiências formativas e transformadoras – e as variáveis ou núcleos de sentido: democracia, política, educação popular, educação popular em saúde, processo de subjetivação, vulnerabilidade e direito à saúde. Desse processo emergiram as seguintes categorias operacionais: a) corpus textual; b) conceitos identificados; e c) compatibilidade e aplicação do conceito.

Essas categorias operacionais constituíram uma matriz analítica, composta por um conjunto de conceitos e referências que fundamentaram o estudo do fenômeno, permitindo apreender significados convergentes entre os autores analisados, com destaque para a convergência de sentidos sobre o processo de subjetivação política e suas relações com as práticas de educação popular em saúde (Figura 1).

A interpretação dos resultados partiu de uma compreensão gradual, progressiva e aprofundada da trajetória não linear do fenômeno investigado, considerando seu contexto histórico e político, conforme sugerem Guidotti e Heckler (2019).

Nesse percurso, foram identificados conteúdos temáticos vinculados à educação popular em saúde e aos processos de subjetivação política. Desenvolveu-se, assim, um processo de metatexto, captando o novo emergente, por meio de um movimento de descrição e tradução de sentidos, tornando explícitos os conteúdos da interpretação, em consonância com os pressupostos teóricos e epistemológicos identificados na literatura analisada.

Figura 1³ – Etapas da pesquisa, amostragem, bases de dados, estratégias de busca, resultados e análise de conteúdo



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A produção de sentido ocorreu por meio da aproximação de elementos convergentes identificados no *corpus* textual, os quais deram origem a categorias nomeadas a partir de uma

³ Referente ao último quadrado presente na Figura 1, cita-se Rancière (2006; 2009; 2014), Freire (2019) e Valla (1993; 1999).

perspectiva que articula as categorias de análise previamente definidas. Trata-se, portanto, de um processo de criação, ordenamento, organização e síntese (Moraes; Galiuzzi, 2016).

Segundo Sousa e Santos (2020), a análise de conteúdo é uma técnica que se mostra útil para a interpretação de diferentes aportes de informação e conteúdo, por meio de métodos aplicados à análise de dados.

Resultados e Discussão

O Quadro 1 apresenta os resultados, considerando as categorias “*Corpus*”, “Conceito” e “Compatibilidade e Aplicação”, com base em autores cujas contribuições convergem em torno do processo de subjetivação política, da educação popular e da educação popular em saúde.

Quadro 1 – Resultados da análise do *corpus* teórico da subjetivação política e convergências para as práticas de educação popular em saúde, conforme *corpus* textuais, conceitos, compatibilidade e aplicação, Brasil, 2024

<i>Corpus</i>	Conceitos	Compatibilidade e Aplicação
Subjetivação política.	Político; Democracia; Emancipação.	<ul style="list-style-type: none"> - Rejeição de noções de política, como: a) administração governamental do poder e b) processo de transformação no qual as estratégias dos oprimidos são decididas por um grupo de especialistas; - Político – encontro da polícia (governo) e da política (transformação existencial, decisão de mudar de vida de servidão); - Valorização do político, por ser uma ação significativa e manter-se em movimento, em detrimento da polícia, que trabalha em prol da manutenção do <i>status quo</i>; - Legitimidade do conflito como constituinte da política e da democracia, uma vez que esta é contingente àquilo que interrompe a ordem policial; - A política como fenômeno singular e local, mas que se situa na história, na cultura e na economia; - Processos de diferenciação e indiferenciação social que definem as identidades na dinâmica política e interferem na igualdade entre as pessoas; - Subjetivação política como expansão da democracia, constituindo-se como o trabalho da política; - A emancipação pode ser atingida por meio do movimento de desidentificação e reidentificação que se obtém na partilha, ou seja, no compartilhamento das identificações.
Educação popular.	Democracia; Pedagogia do oprimido; Educação problematizadora/ libertária;	<ul style="list-style-type: none"> - Rejeição à educação bancária, de mero repasse de informação, que privilegia o “saber” ao “fazer” produzindo uma hierarquização entre educador e educando; fonte de opressão, alienação, desumanização e produção de submissão;

	Autonomia; Emancipação; Libertação.	<ul style="list-style-type: none"> - Opressões/prescrições como formadoras de uma “consciência hospedeira” nos oprimidos, que hospedam a “consciência opressora”, mobilizando-os em direção à incorporação de valores e reprodução de costumes que os subjugam na tentativa de ascensão social; - Autonomia como “expulsão” da consciência opressora e criação/libertação de uma consciência própria; - Valorização da educação problematizadora, libertária, emancipatória, acreditando na igualdade entre educador e educando para a construção de novas percepções de mundo; - Educação libertária enquanto <i>práxis</i> de reconhecimento de um lugar/papel no mundo, compreendendo as razões de suas opressões para que se possa lutar pela superação das contradições opressor-oprimido; - Libertação enquanto objetivo das lutas populares e ação desalienada e engajada no mundo, movida pelo amor – uma posição de combate ao desamor, ou seja, às opressões de todas as naturezas.
Educação popular em saúde.	Vigilância civil; Interpretação dos saberes; Diálogo de saberes; Participação social; Democracia participativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Gradiente social, autonomia e controle social; indivíduo como centro de estudo da vida; - Reconhecimento de saberes e ampliação dos olhares para outros conceitos na vigilância em saúde; - Saber popular como um eixo para estudos científicos na ambientação da saúde-doença; - Epidemiologia social x Epidemiologia clínica; - Reconhecer os profissionais da saúde como seres pensantes e atuantes nas práticas de diálogos/cuidados diários; - Democracia como processo contínuo de participação social e, conseqüentemente, formação de opinião pública.

Fonte: autores a partir de Machado (2013), Rancière (2006; 2009; 2014), Freire (2019) e Valla (1993, 1999).

Os conceitos de política e de político estão vinculados aos estudos das relações entre os movimentos sociais e o Estado, sendo condicionados pelo significado que lhes é atribuído. A definição de política torna-se fundamental para permitir a análise da estruturação argumentativa acerca dos fenômenos políticos. Analisar a constituição de um campo de práticas que envolva a participação social e suas conseqüências demanda definições conceituais precisas, não apenas sobre o político, mas sobre termos afins, como liberdade, igualdade, cidadania, conflitos, democracia, entre outros. Afinal, são conceitos como esses que, quando relacionados, permitem identificar e analisar os vieses dos processos de mudança social e os sujeitos políticos (Machado, 2013).

Nesse sentido, Rancière (2006) destaca-se como autor fundamental por sua contribuição ao situar o campo político entre a polícia e a política. A polícia consiste no governo, nas normas que regem uma determinada sociedade e que servem para sua organização social, distribuindo os sujeitos em hierarquias, conforme suas respectivas funções na comunidade.

Semelhantemente ao que Laclau e Mouffe (2015) denominam “hegemonia”, ou ao que Agamben (2005) trata como “dispositivo”, a polícia é um meio de regulação dos modos de vida, conforme a norma estabelecida em/para uma determinada sociedade.

O conceito de política refere-se ao processo de emancipação dos povos de maneira igualitária, não como mera atualização das normas, mas como aquilo que é próprio de uma comunidade e que faz com que seja a polícia a se atualizar (Rancière, 2006). Assim, a política é a possibilidade de libertação dos modos de vida condicionados, algo próximo à desalienação, sendo fundamentalmente uma atividade cotidiana de constituição de si e da sociedade, influenciando os sentidos de comunidade e identidade.

Apesar de antagônicos, política e polícia existem em contraposição: a política como resistência, constituída por meio de uma dimensão estética que se realiza pela partilha do sensível – o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e os recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Trata-se de espaços nos quais é possível compreender ligações entre singularidades, coletivizando particularidades e assumindo a responsabilidade de cada um com um todo maior. São, portanto, espaços de participação cidadã nos quais as identidades – que sofrem tentativas de enquadramento por meio da ordem policial – se organizam, desvelando naturalizações e produzindo questionamentos às hierarquizações da sociedade (Rancière, 2009).

Para Mendonça (2018), um fator decisivo nesse processo diz respeito à experiência do novo, da novidade, uma vez que, somente vivenciando novas experiências, é possível romper com o que já foi vivido e construir novos horizontes de possibilidades de vida. Ao investigar a subjetivação política em jovens militantes de uma Organização Não Governamental em Recife, a autora utiliza como bússola os conceitos de poder, governabilidade e subjetivação, buscando compreender o que seria a subjetivação política em diálogo com a perspectiva de Jacques Rancière.

As subjetividades ou modos de subjetivação decorrem de respostas às diversas reações ao contexto vivido. Por isso, é possível incidir sobre os processos de subjetivação, imprimindo modelos alternativos no jogo de poder, variando entre modos relativamente subordinados ou insubordinados, a depender da situação vivida. A subjetivação política é uma atuação ético-estética na sociedade, que considera e questiona o que está posto, ao passo que também se reinventa nesse processo (Mendonça, 2018).

Em convergência com essa ideia, encontram-se as práticas de educação popular de base freireana, compreendidas como processo coletivo de construção e compartilhamento do conhecimento, que capacita os sujeitos a interpretar criticamente a realidade socioeconômica,

política e cultural, com o objetivo de transformá-la. Assim, compreende-se que tais práticas buscam, por meio da corresponsabilização, criar espaços de partilha do sensível. Isso é notável ao valorizar saberes populares oriundos das experiências, conectando vivências locais do cotidiano a uma dimensão histórica mais ampla (Daron, 2014; Rancière, 2009).

Valla (1993) denuncia o modo normativo como foi concebida a participação popular nos processos de pesquisa em saúde e reafirma a necessidade de se pensar formas de inserção da população civil no monitoramento do setor. Sugere, assim, uma nova forma de vigilância epidemiológica, na qual as informações sobre a realidade de saúde das comunidades possam ser organizadas com e para os moradores, contribuindo para suas lutas em defesa da saúde e da qualidade de vida. Essa proposta é denominada Vigilância Civil da Saúde (Valla; Carvalho; Assis, 1993).

Dessa forma, há convergência com as contribuições de Victor Valla e Paulo Freire, que inspiram as práticas de educação popular e de vigilância civil a partir da criação de espaços que Rancière (2006) denomina “partilha do sensível”. É nesse espaço que emerge a subjetivação política, o posicionamento de contraposição às hierarquias estabelecidas pela ordem policial, em um processo de desidentificação com uma subjetividade normatizada e uma simultânea reidentificação.

Nesse sentido, o sujeito tecido nas relações de poder emerge do exercício de controle social sobre indivíduos e populações, incidindo sobre os corpos e seus modos de vida. A subjetivação refere-se às expressões do sujeito que se dão no encontro com o outro, com as instituições e com os meios de produção de saberes. Trata-se de um processo constante de construção, desconstrução e revisão dos modos de existir (Mendonça, 2018).

A partir disso, o processo de subjetivação ocorre nos contextos históricos, culturais, sociais e econômicos, por meio de dispositivos e mecanismos de regulação e agenciamentos. Por isso, importa a reflexão crítica sobre os extremos de tal processo que assujeita comunidades e pessoas sem questionamentos e com aceitação passiva. Para a transformação desses processos de subjetivação para o assujeitamento, torna-se fundamental a problematização, a desobediência civil e a emancipação por meio de estratégias de subversão e de resistência (Freire, 2019; Monedero, 2012; Mendonça, 2018).

Nesse entremeio, a subjetivação política se dá no que se refere a si e ao outro, conformando a inter-relação entre o sujeito e o sujeito político que pode se tornar. Disso, resulta o posicionamento do sujeito que se implica no cuidado de si e daquilo que está ao seu redor. Portanto, implica no enfrentamento das lógicas instituídas para transformar realidades injustas, por meio da emancipação de si, que consiste na apropriação do poder de enunciação, colocando-

se como agente ativo na denúncia e na transformação da realidade, resgatando a igualdade como condição universal, ao passo que se desvelam as desigualdades naturalizadas (Machado, 2013; Mendonça, 2018).

Verifica-se a convergência entre educação popular, vigilância civil e o processo de subjetivação política. Freire (2019) denomina esse movimento como libertação ou emancipação, pois ambos os conceitos tratam das motivações individuais e do processo intersubjetivo no trabalho amoroso de luta contra todos os tipos de opressões, movido por propósitos coletivos.

A contribuição de Paulo Freire para o processo de subjetivação política é central, na medida em que sua pedagogia da libertação propõe uma educação voltada à conscientização crítica dos sujeitos oprimidos. Pode-se inferir que a subjetivação política emerge do movimento dialógico entre o sujeito e o mundo, num processo que rompe com a alienação e inaugura a possibilidade de os sujeitos se reconhecerem como históricos, inacabados e capazes de intervir em sua realidade. Nesse horizonte, a pedagogia freireana não se limita à transmissão de conteúdos, mas aposta na formação de sujeitos críticos, que compreendem as estruturas de dominação e assumem uma postura de enfrentamento às lógicas opressoras que os desumanizam. Assim, a educação torna-se um espaço político de produção de subjetividades insurgentes, capazes de tensionar as ordens instituídas (Freire, 2019).

Nesse sentido, o processo de subjetivação política, em Freire (2019), é um fenômeno profundamente coletivo, sustentado por um compromisso ético com a transformação social. Sua concepção de educação popular pressupõe a escuta dos saberes do povo e a construção conjunta de conhecimentos que mobilizam práticas emancipatórias. Assim, a subjetivação política freireana é um exercício de responsabilização com o outro, um ato amoroso de engajamento na luta por justiça, equidade e dignidade. Ao promover espaços de diálogo, partilha do sensível e denúncia das estruturas de opressão, pratica-se uma pedagogia que incita à desobediência criativa e à resistência organizada, conformando sujeitos políticos capazes de intervir no mundo e reinventá-lo (Freire, 2019).

Victor Valla contribui significativamente para a compreensão dos processos de subjetivação política a partir da noção de vigilância civil, termo que utiliza para descrever formas de engajamento político construídas no cotidiano, muitas vezes à margem ou em tensão com as instituições estatais. Diferentemente das abordagens que enfatizam a ação política formal, Valla volta seu olhar para as práticas ordinárias de denúncia, observação e responsabilização do poder público por parte de cidadãos comuns, revelando como esses gestos

constroem sujeitos politicamente ativos e conscientes de seu papel na vida pública (Lima; Fernandes, 2019).

A vigilância civil, nesse contexto, é entendida como uma forma de agência política que emerge da desconfiança frente às promessas do Estado e de suas instituições de controle. Não se trata apenas de vigiar, mas de se posicionar de modo crítico e autônomo diante das práticas de governança. A subjetivação política aqui ocorre não tanto por meio da representação ou militância tradicional, mas por meio de práticas dispersas, muitas vezes informais, que produzem sujeitos atentos, críticos e capazes de interpelar o poder por meio da exposição de abusos, da circulação de informações e da mobilização pública (Valla, 1993; Valla; Carvalho; Assis, 1993; Valla; Guimarães; Lacerda, 2007).

Nesse processo, a cidadania se redefine, pois inclui o direito – e o dever – de vigiar o próprio Estado e suas práticas, frequentemente negligentes ou violentas. A vigilância civil, portanto, articula um campo de produção de sujeitos políticos que operam não apenas na reivindicação de direitos, como também na construção ativa de novas formas de responsabilização, solidariedade e cuidado com o espaço público. A política, nesse sentido, é performada no cotidiano, por meio de redes de vigilância, denúncia e resistência, em uma pedagogia da suspeita e da implicação ética com o coletivo (Valla, 1999).

Nessa perspectiva, compreende-se a educação popular em saúde como um processo de composição coletiva de um posicionamento ético-político em defesa dos direitos dos grupos marginalizados, na resistência às opressões e nas reivindicações pelo direito à saúde – entendida não como prescrição de modos de vida, mas como possibilidade de bem-viver. A postura ética aqui adotada confronta noções de desenvolvimento e progresso difundidas em diversos âmbitos sociais, além de buscar estabelecer uma confluência entre os saberes técnico-científicos e populares, de modo a construir novas formas de vida em coletividade e em harmonia com os outros seres e com o ambiente (Acosta, 2016; Silva, 2019).

Rancière (2006) compartilha do conceito de emancipação, central na pedagogia do oprimido de Paulo Freire. A emancipação não é meramente um grande movimento coletivo com objetivos definidos, mas, sobretudo, uma série de transformações pelas quais os indivíduos passam ao começarem a modificar suas vidas, tornando-se capazes de realizar aquilo que julgavam impossível. Não se trata de opor, necessariamente, o macroscópico ao microscópico, o global ao cotidiano, mas de refletir sobre as relações entre ambos. O trabalho de emancipação social e política tem origem em uma forma distinta de perceber o mundo em que vivemos.

Quando se afirma que “os incapazes são capazes”, evidencia-se a capacidade de transformação dos subalternizados. Trata-se de questionar a hierarquia dos saberes e a perícia

exclusiva dos intelectuais. O modelo clássico da libertação pelo saber parte da ideia de que a exploração decorre da ignorância; assim, quando os sujeitos adquirirem conhecimento e cultura, alcançarão a liberdade. No entanto, nem o saber liberta por si, nem a ignorância submete. Essa concepção reforça o preconceito de que os oprimidos se submetem por falta de inteligência. Essa ideia foi rejeitada pelas experiências concretas de emancipação, uma vez que começa quando os sujeitos fazem aquilo que não se espera que sejam capazes de fazer (Machado, 2013).

Freire (2019) contribui decisivamente para uma perspectiva de educação libertadora, na qual o sujeito não apenas aprende a ler e repetir palavras, mas a compreender criticamente o contexto político em que está inserido – num processo cíclico de educação como prática da liberdade e da participação política.

Compreender o processo de subjetivação política é essencial para reconhecer as formas como valores atribuídos às esferas pública e privada moldam a vida social. Não apenas aquilo que nos afeta diretamente desperta interesse, mas o reconhecimento das diferenças e o diálogo com elas se tornam fundamentais para a vivência de experiências significativas e para a superação de conflitos que permeiam a convivência social (Mendonça, 2018).

O conceito de partilha do sensível é central para a educação popular, pois comporta um duplo sentido: se, por um lado, “partilha” remete à divisão em partes, por outro, expressa a ideia de participação. Assim, partilhar é, simultaneamente, estar inserido em um contexto de divisão e hierarquização, bem como participar desse processo, apropriando-se criticamente das desigualdades sociais para não ser refém delas (Machado, 2013; Rancière, 2006; 2009; 2014; Silva, N.; Lima; Silva, J., 2023).

A emancipação se dá, portanto, pelo conhecimento construído coletivamente, no diálogo entre pessoas, comunidades e sociedade, em uma luta persistente pela vida em comunhão, mediada pela partilha do sensível. Nessa perspectiva, qualquer processo educativo deve enfrentar as dinâmicas de dominação e opressão, por meio da reflexão dos oprimidos e da busca por sua libertação (Freire, 2019).

Nas práticas de educação popular em saúde, torna-se fundamental a reflexão crítica sobre os conceitos de democracia e política, especialmente porque as concepções políticas subjacentes a essas práticas, por vezes, carecem de rigor conceitual (Cruz; Silva; Pulga, 2020; Valla, 1993; Machado, 2013).

Victor Valla foi decisivo para a consolidação da educação popular em saúde, ao propor uma concepção crítica de participação social não como mero cumprimento formal de instâncias deliberativas, mas como expressão de sujeitos coletivos, historicamente situados, capazes de disputar sentidos e produzir saberes nos territórios. Ao defender a radicalização da democracia,

ancorada na escuta, no vínculo e no reconhecimento dos saberes populares, inscreveu a educação popular como estratégia essencial para o fortalecimento do controle social no SUS e para a constituição de práticas emancipatórias nas políticas públicas de saúde (Lima; Fernandes, 2019).

Nesse processo, há uma nítida convergência entre a pedagogia do oprimido, a subjetivação política e a proposta da educação popular em saúde, em torno da noção de emancipação como processo de transformação individual e coletiva. Essas perspectivas rejeitam a hierarquia dos saberes e contestam a ideia de que a libertação se dá exclusivamente por meio da acumulação de conhecimento. Em vez disso, apontam a emancipação como resultante da consciência crítica acerca do contexto político e social, promovendo participação, diálogo e construção compartilhada do saber. Assim, o processo educativo se configura como prática de liberdade e de subjetivação política, articulando o cotidiano à luta contra a opressão e em favor da dignidade humana.

A proposta da educação popular em saúde tem origem na vigilância civil, que, na década de 1990, defendia a inclusão da participação popular nas práticas de vigilância em saúde, inspirando-se na educação popular de Paulo Freire (Guimarães *et al.*, 2022; Valla, 1999; Lima; Fernandes, 2019).

Sendo práticas voltadas para o cotidiano das comunidades, é necessário compreendê-las como espaços de partilha, de produção de cultura e de transformação da realidade. Isso exige atenção ao duplo sentido de “partilha”, à compreensão de que todos são iguais e participam dos jogos policiais que classificam e hierarquizam a sociedade, ao mesmo tempo em que constroem novas formas de subjetivação por meio da participação social (Machado, 2013; Mendonça, 2018).

Ademais, a educação popular em saúde se articula com uma crítica à epidemiologia tradicional, ao buscar compreender a relação dialética entre as classes sociais e seus espaços vividos, o que está em sintonia com as propostas de subjetivação política e partilha do sensível de Rancière (Guimarães *et al.*, 2022; Valla, 1999; Rancière, 2006; 2009; 2014).

Esses princípios se aplicam às práticas de educação popular em saúde que utilizam estratégias de extensão universitária, articulando ensino e pesquisa na superação das lacunas dos métodos tradicionais de investigação em saúde pública, como a negligência aos contextos socioculturais, a individualização do risco e a patologização de comportamentos (Silva, N.; Lima; Silva, J. 2023).

A convergência entre subjetivação política e educação popular revela seu caráter político ao assumir a defesa dos oprimidos como estratégia de enfrentamento à falsa

neutralidade dos espaços institucionais. Essa perspectiva está presente em Freire (2019), Valla (1993; 1999) e nos atuais estudos sobre participação, que compreendem a participação como elemento indispensável às transformações sociais diante das disputas e assimetrias de poder que ameaçam os direitos de grupos vulnerabilizados (Dias *et al.*, 2024; Freire, 2019; Silva, N.; Lima; Silva, J. 2023).

Essa convergência se evidencia nas práticas cotidianas de trabalhadores do SUS, para os quais a educação popular é sinônimo de politização, articulando conceitos como conscientização, autonomia coletiva, união e sentido de vida (Bandeira *et al.*, 2024; Cruz; Silva; Pulga, 2020; Lima *et al.*, 2020).

Reconhecer os conflitos é fundamental, pois sua legitimação como constitutivos da esfera política permite compreender a democracia não como projeto finalizado, mas como construção permanente, tensionada por disputas e pluralidades. Esse reconhecimento marca o cotidiano das práticas de educação popular em saúde junto aos movimentos sociais, conselhos de saúde e espaços de participação social (Machado, 2013; Bonetti; Chagas; Siqueira, 2014; Cruz; Silva; Pulga, 2020; Daron, 2014; Dias *et al.*, 2024).

A partilha do sensível, a subjetivação política e a educação popular em saúde compartilham a visão de que a vida social é atravessada por conflitos, desigualdades e injustiças, exigindo práticas que possibilitem a participação em espaços virtuosos de emancipação social, favorecendo o reconhecimento de identidades e a construção de coletividades.

Recentemente, essas perspectivas têm sido atualizadas nas iniciativas de Vigilância Popular em Saúde nas quais a subjetivação política ocupa papel central, pois o protagonismo comunitário orienta a produção de saberes e de ações na constituição de sujeitos coletivos pelas experiências comuns de resistência e mobilização (Silva; Almeida, 2021).

Como analisam Oliveira, Machado e Coradin (2024), a vigilância popular amplia a democracia ao deslocar o centro das políticas públicas para os sujeitos historicamente marginalizados. Essa prática se sustenta numa pedagogia política que articula processos educativos à construção de identidades coletivas, promovendo o reconhecimento dos determinantes sociais da saúde e da historicidade das opressões.

Para Carneiro *et al.* (2024), trata-se de um campo político-epistêmico que desafia as lógicas tradicionais de governança ao incorporar saberes populares e práticas emancipatórias. A Vigilância Popular em Saúde contrapõe-se à lógica dominante da vigilância restrita à coleta de dados e ao monitoramento de riscos, afirmando-se como espaço de disputa de sentidos. A dimensão subjetiva – marcada pela indignação, pelo pertencimento e pela luta por justiça social

– constitui condição de possibilidade para transformar as políticas públicas (Carneiro *et al.*, 2024; Oliveira; Machado; Coradin, 2024).

O cenário de desigualdades e lutas no Brasil desafia a reflexão crítica sobre os processos políticos que mantêm formas de dominação, inclusive pelo controle do pensamento. As reflexões apresentadas neste trabalho apontam para a urgência de coletivizar as práticas educativas, de modo a promover transformações intersubjetivas que alcancem as mentes ainda capturadas pela dominação cognitiva.

A subjetivação política, como processo pelo qual os sujeitos se reconhecem como agentes coletivos de transformação, é central para a educação popular em saúde. Ao deslocar o foco da transmissão de saberes para a construção dialógica e emancipatória do conhecimento, esse processo fortalece a autonomia dos sujeitos e sua capacidade de ação política. Assim, a subjetivação política não apenas amplia o alcance da educação em saúde, mas a reinventa como prática de resistência e construção democrática.

Considerações finais

Neste texto, verifica-se a potência epistemológica do pensamento de Jacques Rancière em diálogo com autores da educação popular em saúde. Foram identificadas convergências conceituais que alinham a subjetivação política, a emancipação popular e a educação popular em saúde como bases epistêmicas e metodológicas para uma extensão universitária popular em saúde, compreendendo o pensamento científico como parte de uma comunidade partilhada.

A partilha do sensível emerge como conceito central, no qual a comunidade, em sua partilha, define os lugares sociais associados às funções que cada indivíduo ocupa e desempenha. Ao mesmo tempo, define o enquadramento a partir do qual os sujeitos atribuem sentido a cada parte e à sua participação nesse conjunto, valorizando, política e esteticamente, a existência e a qualidade de vida. A inserção dos participantes em projetos de extensão qualifica sua atuação na esfera pública, ainda que em convivência com posições previamente definidas em um sistema hierarquizado de valores sociais, como ocorre nas práticas acadêmicas.

O processo de subjetivação política contribui para a formação universitária, especialmente na constituição de identidades críticas que confrontam contradições, desigualdades e injustiças sociais. As ações de extensão possibilitam uma formação política mútua: ao partilhar conhecimentos técnicos-científicos com a comunidade, esses saberes são reconstruídos no diálogo, ganhando novas tonalidades. Desse modo, emergem novos conhecimentos ancorados na coletividade.

Jacques Rancière (2006; 2009; 2014), Paulo Freire (2019) e Victor Valla (1993; 1999) ajudam a compreender como se constroem sujeitos políticos para além dos espaços institucionais clássicos. O primeiro aposta na partilha do sensível como fundamento da subjetivação política; o segundo, na educação como prática de libertação; o terceiro, na vigilância como expressão da cidadania ativa. Em geral, são caminhos que, articulados, podem fortalecer uma compreensão plural da política como prática cotidiana, pedagógica e insurgente.

Por fim, não se pretende esgotar as possibilidades de análise. São necessárias pesquisas que aprofundem a temática e subsidiem as práticas de educação popular em saúde, especialmente por meio de estudos de campo com entrevistas, grupos focais e pesquisa-ação.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005. DOI 10.5007/%25x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 19 set. 2025.

BANDEIRA, Y. R. N. B. *et al.* As vozes de quem faz a saúde da família no sertão cearense: produção de um cordel como estratégia de educação popular em saúde. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 172-186, jan./abr. 2024. DOI 10.14393/REP-2024-69991. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69991>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BONETTI, O. P.; CHAGAS, R. A.; SIQUEIRA, T. C. A. A Educação Popular em Saúde na Gestão Participativa do SUS: construindo uma política. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa. (org.). **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 16-24.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

CARNEIRO, F. F. *et al.* Vigilância Popular em Saúde: luta emancipatória pela vida ante o agronegócio na Chapada do Apodi-CE. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. esp. 1, p. e8715, ago. 2024. DOI 10.1590/2358-28982024E18715P. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zNVZJSmrTJNzptbVzzjzdcN/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CRUZ, P. J. S. C.; SILVA, M. R. F.; PULGA, V. L. Educação popular e saúde nos processos formativos: desafios e perspectivas. **Interface**, Botucatu, v. 24, p. e200152, 2020. DOI 10.1590/Interface.200152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YVGkQJHk8pbwtrPkCTtvQSm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DARON, V. L. P. A Educação Popular em Saúde como referencial para as nossas práticas na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa. (org.). **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 123-146.

DIAS, R. N. D. *et al.* Aproximações entre a gestão democrática e a educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 20-37, jan./abr. 2024. DOI 10.14393/REP-2024-70511. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/70511>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

GUIDOTTI, C. S.; HECKLER, V. Etnopesquisa-formação com professores de Ciências: uma proposição metodológica. **Revista Insignare Scientia**, Cerro Largo, v. 2, n. 4, p. 119-140, set./dez. 2019. DOI 10.36661/2595-4520.2019v2i4.11020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/11020>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GUIMARÃES, R. M. *et al.* Vigilância civil em saúde, estudos de população e participação popular. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 4, p. 81-93, nov. 2022. DOI 10.1590/0103-11042022E406. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/W9b3y8ScyfXTTpsL45sJD4P/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LIMA, A. L. S.; FERNANDES, T. M. D. Vitor Valla: uma vida de reflexão e militância em educação popular e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 3727-3732, 2019. DOI 10.1590/1413-812320182410.-00632019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wQMZYntj8N7DrdWqqwHTMQy/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LIMA, P. R. G. *et al.* A educação popular em saúde como estratégia fortalecedora do apoio matricial na atenção básica. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 204-218, jul. 2020. DOI 10.14393/REP-2020-53288. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53288>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MACHADO, F. V. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 13, n. 27, p. 261-280, maio/ago. 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2013000200005. Acesso em: 10 jun. 2025.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, jul./set. 2017. DOI 10.1590/198053143988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MENDONÇA, E. S. **Entre políticas de adesão e políticas de transformação**: construções e expressões de subjetivação política em jovens militantes. Olinda: Gráfica A Única; Recife: EDUPE, 2018.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. DOI 10.1590/S1413-81232012000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2022.

MONEDERO, J. C. Post-democracy? Against the pessimism of nostalgia, the optimism of disobedience. **Cronos**: Natal, v. 13, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://share.google/cOD1mC5JJU2G5elWE>. Acesso em: 19 set. 2025.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, S. S.; MACHADO, J. M. H.; CORADIN, C. Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, p. e240304, 2024. DOI 10.1590/interface.240304. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/xBVHb9hJngH8P7mMHMBBLny/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: EXO Experimental, 2009.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, J. **Política, polícia, democracia**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

SILVA, J. C. S. A “**permanência**” da Política Nacional de Educação Popular em Saúde do SUS no Brasil contemporâneo: um contexto de relações de força e transformações sociais. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/items/59d44ff9-84ea-412d-925e-d6ee94f2c0e9>. Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, J. M.; ALMEIDA, D. H. **Vigilância popular em saúde, extensão universitária e os saberes populares**: experiências em torno do licenciamento de Belo Monte e do derramamento de petróleo em Pernambuco. Recife: UFPE, 2021.

SILVA, N. K.; LIMA, G. M.; SILVA, J. M. Educação popular em saúde sexual e reprodutiva: relato de experiência de um projeto de extensão universitária em promoção da saúde da mulher. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 271-282, set./dez. 2023. DOI 10.14393/REP-2023-69032. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69032>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. DOI 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VALLA, V. V. Educação popular e conhecimento: a monitorização civil dos serviços de saúde e educação nas metrópoles brasileiras. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. (org.). **Participação popular, educação e saúde: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 106-116.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 7-14, 1999. DOI 10.1590/S0102-311X1999000600002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mrWX8vNyWXWGwJ93WcpS7jc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VALLA, V. V.; CARVALHO, M.; ASSIS, M. **Participação popular e os serviços de saúde: o controle social como exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: PARES, 1993.

VALLA, V. V.; GUIMARÃES, M. B.; LACERDA, A. Construindo a resposta à proposta de educação e saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (org.). **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. p. 58-67.

Submetido em 24 de setembro de 2024.
Aprovado em 21 de maio de 2025.